

EDITAL N.º I/245399/19/CMP

Adolfo Manuel dos Santos Marques de Sousa, Diretor Municipal da Presidência, torna público, ao abrigo da competência delegada nos termos da Ordem de Serviço n.º I/343222/18/CMP, de 4 de outubro, que, em reunião do Executivo Municipal de 28 de junho 2019, a Câmara Municipal do Porto deliberou submeter a consulta pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis, contados da data da sua publicação, ou seja, de 10 de julho a 21 de agosto de 2019, o projeto de alteração ao Título D – 8 Serviços de partilha em modos suaves, do Código Regulamentar do Município do Porto, que para os devidos efeitos a seguir se publica com todos os seus anexos.

Quaisquer sugestões devem ser apresentadas, por escrito, para o endereço eletrónico: pelouros.tfpc@cm-porto.pt ou junto do Gabinete do Múncipe, sito à Praça General Humberto Delgado, 266, 4000-286 Porto (todos os dias úteis, das 09h00 às 17h00).

Para constar e produzir efeitos legais publica-se o presente edital, que vai ser afixado no Gabinete do Múncipe, publicado no sítio da CMP (<http://www.cm-porto.pt>) e no Balcão de Atendimento Virtual.

Eu, *Cristina Pimenta*, Vereadora dos Pelouros dos Transportes, da Fiscalização e Proteção Civil, o subscrevi.

Porto, Paços do Município, 2 de julho de 2019.

O Diretor Municipal da Presidência

Adolfo Sousa
Adolfo Sousa

PROJETO DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SERVIÇOS DE PARTILHA EM MODOS SUAVES

Nota Justificativa

Os resultados do último inquérito à mobilidade, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, revelam que 48% das deslocações diárias no Porto são efetuadas em transporte individual, criando uma enorme pressão sobre a cidade. Paralelamente, o desenvolvimento socioeconómico da cidade do Porto, ao longo dos últimos anos e a importância da mobilidade e transportes como um dos pilares estratégicos para a sustentabilidade desse desenvolvimento faz com que a redução da cota de utilização do transporte individual seja uma das prioridades da política de mobilidade do Município. Neste contexto, a promoção da utilização de modos suaves como alternativa ao automóvel em deslocações de curta distância ou como complemento do transporte público, é sem dúvida uma medida que converge totalmente para a concretização de uma política de convergência para a adoção de modos de transporte mais sustentáveis.

Esta não é uma realidade única da cidade do Porto. De facto, um pouco por todo o Mundo, as cidades debatem-se hoje com temas relacionados com a mobilidade e sustentabilidade, fazendo com que surjam respostas inovadoras numa tentativa de criar alternativas atrativas e sustentáveis para as deslocações diárias. É o caso de vários sistemas de partilha em modos suaves que tem vindo a emergir, nomeadamente sistemas de partilha de bicicletas e trotinetas. Neste contexto, vários operadores de serviços de partilha têm vindo a manifestar interesse em disponibilizar esses serviços na cidade do Porto.

Os sistemas mais recentes de serviços de partilha, vulgarmente conhecidos por *sharing*, e especialmente no que concerne às trotinetas elétricas, caracterizam-se pelo facto de não terem docas, ou qualquer infraestrutura associada o que, se por um lado facilita e agiliza a sua implementação, por outro levanta inúmeras questões relativamente à utilização do espaço público por esses serviços, e pelos próprios veículos.

Tendo observado atentamente a experiência de várias cidades onde estes serviços têm vindo a ser implementados concluiu o Município do Porto ser benéfico e oportuno implementar um conjunto de normas que permitam o funcionamento da atividade de partilha de velocípedes em harmonia com os restantes utilizadores do espaço público tendo em consideração que estes sistemas têm potenciado e impulsionado uma maior utilização dos modos suaves em meio urbano, complementando o transporte público e contribuindo positivamente para uma evolução sustentável da repartição modal na mobilidade urbana.

Assim, no uso das competências previstas nas alíneas c) e m) do artigo 23º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, procede-se à alteração às normas regulamentares relativas à Parte D do Código



Regulamentar do Município do Porto. Nesse sentido, procurou-se acomodar esta nova realidade no contexto normativo da cidade através de regulamentação especial, que permita definir as normas para a disponibilização de serviços de partilha em modos suaves, sem doca, na cidade do Porto, bem como da clarificação das normas de utilização desses veículos.

Índice

Preâmbulo

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo D-XX/1.º - Lei Habilitante

Artigo D-XX/2.º - Âmbito e Objeto

Artigo D-XX/3.º - Definições

CAPÍTULO II - Licenciamento

Secção I – Disposições Gerais

Artigo D-XX/4.º - Licenciamento

Artigo D-XX/5.º - Número de veículos por licença

Artigo D-XX/6.º - Identificação de Veículos

Secção II – Atribuição de licença

Artigo D-XX/7.º - Atribuição de licenças

Artigo D-XX/8.º - Transmissão de licenças

Artigo D-XX/9.º - Fundamentos para o indeferimento

Secção III - Eficácia e validade das licenças

Artigo D-XX/10.º - Títulos

Artigo D-XX/11.º - Valor da licença

Artigo D-XX/12.º - Prazo da licença

Artigo D-XX/13.º - Extinção das licenças

CAPÍTULO III - Regime de utilização do espaço público

Artigo D-XX/14.º - Circulação de veículos

Artigo D-XX/15.º – Pontos de Partilha e Locais de Parqueamento

Artigo D-XX/16.º - Cedência da Localização de Veículos

Artigo D-XX/17.º - Horário de Disponibilização do Serviço

Artigo D-XX/18.º - Características dos veículos

Artigo D-XX/19.º - Deveres dos operadores

Artigo D-XX/20.º - Comercialização do serviço

CAPÍTULO IV - Fiscalização e Sanções

Artigo D-XX/21.º - Competência

CAPÍTULO V - Disposições Finais e Transitórias

Artigo D-XX/22.º - Legislação subsidiária

Artigo D-XX/23.º - Casos omissos

Anexo D-XX/1 - Elementos que devem instruir os requerimentos de licenciamento

Alteração n.º XX/2019 ao Código Regulamentar do Município do Porto

Preâmbulo

Enquadramento

Na atual dinâmica de crescimento económico e intensa vivência da cidade do Porto, são inúmeras as solicitações de implementação de soluções de mobilidade tendencialmente mais sustentáveis, e que cumpram as necessidades dos munícipes e visitantes. De facto, o dinamismo económico da cidade tem gerado crescentes desafios em termos de tráfego, mobilidade e ocupação do espaço público por novas atividades, muitas delas conexas ao próprio sistema de mobilidade. Simultaneamente, são inúmeras as empresas que demonstram interesse em disponibilizar serviços de partilha na cidade do Porto, com velocípedes ou equiparados, sem doca, vulgarmente conhecidos como “*sharing de trotinetas ou bicicletas*”, tendo até à data aguardado a posição do Município sobre a forma como esta atividade se pode desenvolver na cidade.

Ora, sendo objetivo do Município do Porto reduzir a cota de utilização do transporte individual em deslocações diárias, garantindo uma maior sustentabilidade nas deslocações e na utilização do espaço público, soluções como o *sharing* em modos suaves apresentam-se como uma das alternativas à utilização de transporte individual, quer em deslocações de curta distância, quer como complemento ao uso do transporte público, viabilizando a diversificação dos pares origem/destino passíveis de serem realizados em transporte público, contribuindo desta forma para o objetivo de redução da cota de utilização do transporte individual.

O facto de este tipo de serviços de partilha sem doca se tornar mais conveniente para o utilizador, pela elevada dispersão de veículos na cidade, coloca um desafio à cidade em termos de ocupação de espaço público e garantia da segurança e ordem pública na utilização e fruição desse mesmo espaço por todos, pelo que se revela necessário definir um conjunto de normas para a disponibilização de serviços de partilha no Município do Porto, bem como clarificar as regras de utilização desses veículos. Nesse sentido, procurou-se acomodar esta nova realidade no contexto normativo da cidade através de regulamentação especial, situação, de resto, prevista na Lei de Bases do Sistema de Transporte Terrestres (artigo 23º) mas apenas pontualmente concretizada.

O desenvolvimento do presente Regulamento decorreu em aberto diálogo com diversos operadores de serviços de partilha que têm vindo a demonstrar interesse em operar no Município do Porto, resultando de uma cuidada ponderação entre custos e benefícios introduzidos.

Objetivo

O presente Regulamento pretende promover o equilíbrio entre a utilização de modos suaves, enquadrados num contexto de sistemas partilhados, frequentemente complementares ao transporte público, e a ocupação do espaço público por esses serviços, bem como clarificar as regras de utilização deste tipo de veículos na cidade.

Procurando garantir uma mobilidade cada vez mais sustentável e uma atenta gestão da utilização do espaço público este regulamento visa definir as condições de disponibilização de serviços de partilha, também denominados por *sharing*, para velocípedes ou equiparados, com ou sem motor, sem utilização de doca para o seu estacionamento em espaço público.

Tendo em conta a necessidade de garantir condições de segurança e circulação dos vários modos de transporte na cidade, o presente Regulamento tem por objetivo clarificar as condições de utilização dos veículos disponibilizados pelos operadores de serviços de partilha de velocípedes ou equiparados.

No presente Regulamento consagra-se ainda o procedimento de atribuição de licenças de ocupação para a exploração de serviços de partilha.

Assim o Município do Porto pretende proceder à alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto nos termos e a coberto do disposto conjugadamente nos artigos 112.º n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do disposto na alínea c) do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 artigo 25.º e nas alíneas x), qq) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e Decreto-lei n.º 181/2012, de 6 de agosto na sua redação atual.

Artigo 1.º

Alteração à Parte D do Código Regulamentar do Município do Porto

1. É criado o Título D-XX, com a seguinte redação:

Título D-XX

SERVIÇOS DE PARTILHA EM MODOS SUAVES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo D-XX/1.º

Lei Habilitante

O presente Título é elaborado ao abrigo e nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do disposto na alínea c) do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 artigo 25.º e nas alíneas x),

qq) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e, do n.º 2 do artigo 10.º do Código da Estrada, na sua redação atual, da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres e do Decreto-lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, na sua versão em vigor.

Artigo D-XX/2.º

Âmbito e Objeto

1. O presente Título estabelece o regime de utilização do espaço público para modelos de negócio que colocam à disposição de um utilizador velocípedes ou equiparados, com ou sem motor, para utilização pública, durante períodos de curta duração, sem necessidade de utilização de doca para estacionamento.
2. Os serviços de partilha devem cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 47/2018, de 20 de junho na sua redação atual e demais legislação aplicável, devendo este serviço ser devidamente identificado em todos os veículos.

Artigo D-XX/3.º

Definições

Para efeitos do presente Título, entende-se por:

- a) «Serviço de Partilha», modelos de negócio que colocam à disposição de um utilizador velocípedes ou equiparados, com ou sem motor, para utilização pública, durante períodos de curta duração
- b) «Velocípede», veículo com duas ou mais rodas acionado pelo esforço do próprio condutor por meio de pedais ou dispositivos análogos. Para efeitos de aplicação do presente título equiparam-se a velocípede, os velocípedes com motor, as trotinetas com motor bem como os dispositivos de circulação com motor elétrico, autoequilibrados e automotores ou outros meios de circulação análogos com motor.
- c) «App», aplicação móvel do operador para acesso ao serviço de partilha em modos suaves.
- d) «Operador», empresa responsável pela disponibilização de um serviço de partilha.
- e) «Plataforma», portal do operador que contém informação georreferenciada relativa à localização de todos os veículos abrangidos pela sua licença, bem como indicadores de gestão relativos à procura do serviço.
- f) «API», *Application Programming Interface*, interface de programação de aplicações que permite aceder a toda a informação disponível na plataforma do operador.
- f) «Ponto de Partilha», local devidamente sinalizado onde é possível disponibilizar, aceder ou parquear veículos de serviços de partilha.
- g) «Zona de Pontos de Partilha», conjunto de pontos de partilha agrupados de acordo com mapa disponibilizado no site do Município.
- h) «Incómodo», o veículo afeta fisicamente o conforto dos demais utentes da via pública e/ou condiciona o acesso a qualquer propriedade pública ou privada.

i) «Obstrução», o veículo imobilizado impede fisicamente o uso gratuito da via pública (passeio e rodovia) ou o acesso a qualquer propriedade pública ou privada.

CAPÍTULO II

Licenciamento

Secção I

Disposições Gerais

Artigo D-XX/4.º

Licenciamento

A exploração de serviços de partilha em modos suaves no concelho do Porto depende de prévio licenciamento municipal, nos termos e condições estabelecidas no presente Título.

Artigo D-XX/5.º

Número de veículos por licença

1. No Município do Porto cada operador promove a exploração de serviços de partilha através de uma licença onde consta explicitamente o número máximo de velocípedes ou equiparados abrangidos.
2. Cada licença permite a exploração de serviços de partilha para um número máximo de 700 veículos, com a possibilidade de ampliação para um máximo de 900 veículos, mediante prévio acordo escrito do município.

Artigo D-XX/6.º

Identificação de Veículos

1. Todos os veículos devem ter em local visível número de série.
2. Todos os veículos devem conter em local visível um número de contacto para apoio a cliente e/ou reporte de anomalias.
3. Não é permitida qualquer publicidade nos veículos para além da identificação do operador do serviço.

Secção II

Atribuição de licença

Artigo D-XX/7.º

Atribuição de licenças

1. As licenças de exploração de serviços de partilha são atribuídas por leilão em procedimento de hasta pública.
2. O Município publicitará no seu site o(s) procedimento(s) de hasta pública onde será indicado

o prazo para apresentação do requerimento do pedido de licenciamento, instruído nos termos constantes do anexo D-XX/1, que servirá de admissão à hasta pública onde serão leiloadas as licenças.

3. Os candidatos à exploração de serviços de partilha terão de cumprir na íntegra todas as exigências do presente título e caderno de encargos da respetiva hasta pública.
4. Em cada procedimento de hasta pública apenas será atribuída uma licença a cada candidato.
5. Caso o número de candidatos à hasta pública seja inferior ao número de licenças a atribuir não se aplica o disposto no número anterior.

Artigo D-XX/8.º

Transmissão de licenças

É proibida a transmissão, por qualquer meio, de licenças de exploração de serviços de partilha, exceto se previamente autorizada, por escrito, pelo Município do Porto.

Artigo D-XX/9.º

Fundamentos para o indeferimento

O pedido de licenciamento, instruído nos termos constantes do anexo D-XX/1, é indeferido quando:

- a) violar as condições de utilização do espaço público definidas no presente Título;
- b) os veículos indicados pelo operador não cumprirem os requisitos exigidos pelo presente Título;
- c) violar qualquer norma legal, regulamentar aplicável ou caderno de encargos da hasta pública.

Secção III

Eficácia e validade das licenças

Artigo D-XX/10.º

Títulos

1. A licença de exploração de serviços de partilha é titulada por alvará, cuja emissão é condição da sua eficácia.
2. Atribuída a licença, e feito o depósito legal imediato de 10% do seu valor, o operador dispõe de 30 (trinta) dias para proceder ao pagamento do restante montante.
3. O alvará é emitido após pagamento total do valor da licença.
4. O alvará contém os seguintes elementos: a identificação do operador, horário de disponibilização do serviço ao utilizador, zona(s) de pontos de partilha autorizados, tipologia(s) de veículos, quantidade máxima de veículos.
5. Cada operador de serviços de partilha é titular de um alvará único, que contém a referência a diferentes veículos e zona(s) de pontos de partilha autorizados.

Artigo D-XX/11.º

Valor da Licença

1. Pela emissão da licença de exploração de serviços de partilha é devido o valor resultante da maior licitação acima do preço base estabelecido para a licença.

Artigo D-XX/12.º

Prazo da licença

1. A licença é atribuída pelo prazo de 5 (cinco) anos.
2. As licenças não são renováveis.

Artigo D-XX/13.º

Extinção das licenças

As licenças extinguem-se:

- a) pelo decurso do prazo referidos no do artigo anterior;
- b) pelo incumprimento repetido das normas do presente Título e formalmente notificado pelo Município;
- c) nos termos e com os fundamentos previstos na parte A do CRMP.

CAPÍTULO III

Regime de utilização do espaço público

Artigo D-XX/14.º

Circulação de veículos

1. A circulação de veículos de serviços de partilha é autorizada em toda a rede rodoviária do Município excetuando:
 - a. em arruamentos incluídos em zonas de acesso automóvel condicionado;
 - b. em espaço dedicado à circulação de veículos sobre carril.
 - c. em corredores BUS
 - d. na estrada nacional 12 (conhecida como Estrada da Circunvalação);
 - e. no conjunto denominado por Via de Cintura Interna (A20, A28 e A1) e respetivos nós de acesso;
 - f. na Avenida AEP;
 - g. nas pontes do Freixo, Luís I (tabuleiro superior) e Arrábida
 - h. em túneis

2. É proibida a circulação de veículos de serviços de partilha em arruamentos pedonais, praças, jardins urbanos e passeios.
3. A realização de festividades ou de eventos ocasionais pode condicionar o acesso a outros arruamentos que não mencionados na alínea 1.
4. O Município do Porto pode, por motivos de ordem ou segurança públicas ou ainda de reordenamento do espaço público, restringir ou alterar os arruamentos onde é autorizada a circulação de veículos de serviços de partilha, sem direito, no caso de restrição, a qualquer indemnização ou compensação ao operador.

Artigo D-XX/15.º

Pontos de Partilha e Locais de Parqueamento

1. Os pontos de partilha para disponibilização destes serviços estão devidamente identificados no local, com sinalização própria.
2. Os pontos de partilha referidos no número anterior apenas podem ser utilizadas pelos operadores que sejam titulares de licenças emitidas no âmbito do presente Título.
3. A lotação de cada ponto de partilha é definida na sinalização existente no local, não podendo nunca ser excedida.
4. A localização de pontos de partilha é definida pelo Município do Porto, sendo esta informação disponibilizada e atualizada no site institucional do Município do Porto.
5. Os pontos de partilha encontram-se agrupados por zonas, de acordo com as fases de expansão dos serviços ou especificidades dos locais, sendo a informação sobre zonas disponibilizada e atualizada no site institucional do Município do Porto.
6. O estacionamento de veículos pelos utilizadores de serviços de partilha deve ser efetuado preferencialmente num ponto de partilha com lotação disponível.
7. É proibido o estacionamento de veículos de serviços de partilha em:
 - a. passeios;
 - b. acessos rampeados;
 - c. passadeiras;
 - d. paragens de transporte público e terminais rodoviários;
 - e. paragens destinadas a serviços turísticos;
 - f. posturas de táxis;
 - g. lugares de estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada;
 - h. lugares de estacionamento destinados a pessoas com mobilidade reduzida
 - i. lugares de estacionamento reservados
8. A paragem ou estacionamento dos veículos não poderá causar qualquer tipo de incómodo, obstrução ou perigo, sendo o operador responsável pelo reposicionamento do(s) veículo(s) e/ou custos de remoção e respetivas coimas associadas.

9. Nos casos em que os veículos se encontrem parqueados de tal forma que representem um perigo à circulação de outros veículos ou peões, os mesmos serão de imediato removidos a expensas do operador.

Artigo D-XX/16.º

Cedência da Localização de Veículos

1. É obrigatório que o operador de serviços de partilha em modos suaves georreferencie todos os pontos de partilha onde potencialmente disponibilizará o seu serviço.
2. É obrigatória a disponibilização pelos operadores ao Município de uma *API* que permita aceder a uma plataforma de gestão para visualizar em qualquer momento a localização de todos os veículos afetos à sua licença.

Artigo D-XX/17.º

Horário de Disponibilização do Serviço

1. Os serviços de partilha poderão estar disponíveis para os utilizadores entre as 6h00 e as 22h00.
2. Todos os veículos têm que ser recolhidos diariamente para manutenção fora do horário de disponibilização de serviço.
3. Em situações ocasionais e devidamente fundamentadas, o Município do Porto pode restringir ou alargar o período de disponibilização do serviço fixado no presente artigo.

Artigo D-XX/18.º

Características dos veículos

1. Os veículos disponibilizados no serviço de partilha devem cumprir com as normas de certificação e qualidade em vigor para o tipo de velocípede em causa, no que se refere às componentes técnicas e funcionais dos veículos, nomeadamente travões, iluminação, estado dos pneus, sempre que se apliquem.
2. Os veículos deverão estar identificados e personalizados com o serviço prestado, de acordo com a imagem do produto fornecida no momento do licenciamento, e conter a informação prevista no artigo D-XX/6.º
3. É obrigatória a presença de elementos refletores em todos os veículos.
4. Todos os veículos associados à operação dos serviços de partilha, incluindo os utilizados para fins logísticos, têm que ter nível de emissões zero.

Artigo D-XX/19.º

Deveres dos operadores

Constituem deveres dos operadores:

- a) Cumprir e fazer cumprir pelos seus colaboradores, e utilizadores do seu serviço, as normas do presente Regulamento e demais disposições legais (nomeadamente o Código da Estrada,

- o Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública e o Regulamento Geral do Ruído);
- b) Disponibilizar e manter atualizada a listagem de todos os veículos disponibilizados no âmbito da licença.
- b) Garantir que os veículos são mantidos em bom estado de conservação e se apresentem em condições técnicas e de segurança legalmente exigidas;
- c) Assegurar a existência de uma plataforma online com a georreferenciação de todos os pontos de partilha potencialmente utilizados pelo seu serviço, e que permita em tempo real conhecer a localização de todos os veículos licenciados.
- d) Assegurar a existência de uma linha de contacto permanente para reporte de avarias e ou situações de posicionamento indevido de veículos.
- e) Garantir a existência de uma equipa própria que assegure a logística associada à colocação e remoção dos veículos;
- f) Assegurar, com uma periodicidade mínima trimestral, a partilha de informação relativa ao uso do sistema com o Município, por forma a permitir uma adequada adaptação da infraestrutura, contemplando os seguintes indicadores:
- i) utilização média mensal do sistema, por hora e por ponto de partilha;
 - ii) duração média das viagens no sistema;
 - iii) matriz Origem/Destino
- g) Garantir a existência de seguro de responsabilidade civil e de um seguro que cubra os utilizadores do serviço de partilha por si disponibilizado;
- h) Garantir que os utilizadores do serviço de partilha são conhecedores de todas as disposições legais inerentes à utilização dos veículos disponibilizados, nomeadamente no que respeita à idade mínima de utilização dos veículos e utilização de acessórios de segurança.
- i) Reposicionamento dos veículos quando estes se encontrem em situação de causar qualquer tipo de incómodo ou obstrução, nos seguintes termos:
- i) remoção do veículo do local em causa num período máximo de 30 minutos após comunicação de ocorrência para casos de obstrução;
 - ii) remoção do veículo do local em causa num período máximo de 60 minutos após comunicação de ocorrência para casos de incómodo;

Artigo D-XX/20.º

Comercialização do Serviço

1. O acesso aos serviços de partilha em modos suaves é garantido única e exclusivamente através do uso de app.
2. O tarifário é definido pelo operador. Qualquer alteração ao mesmo, descontos ou parcerias são da responsabilidade do operador.

CAPÍTULO IV

Fiscalização e Sanções

Artigo D-XX/21.º

Competência

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente Título compete ao Município do Porto e às autoridades policiais.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Artigo D-XX/22.º

Legislação subsidiária

A tudo quanto não esteja especialmente previsto no presente Título aplica-se subsidiariamente as normas do Código da Estrada e respetiva legislação complementar, o Regulamento de Sinalização de Trânsito, e demais legislação aplicável.

Artigo D-XX/23.º

Casos omissos

Os casos omissos são resolvidos por despacho do Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente Título entra em vigor 15 dias após a sua publicação nos termos legais.

Anexo D-XX/1

Elementos que devem instruir os requerimentos de licenciamento

1. Os requerimentos referidos no artigo D-XX/7.º devem ser instruídos com os seguintes elementos:
 - a. a identificação do requerente;
 - b. a identificação da tipologia de veículo a operar em sistema de partilha;
 - c. imagem dos veículos;
 - d. o período de disponibilização de serviço pretendido;
 - e. os locais para potencial disponibilização de serviço
 - f. tabela de preços dos serviços disponibilizados;
 - g. descrição das operações diárias de disponibilização do serviço;
 - h. documento comprovativo de prévio licenciamento pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes;
 - i. certidão do registo comercial atualizada, se o candidato/requerente for pessoa coletiva;
 - j. documento comprovativo de que o requerente se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado e por contribuições para a Segurança Social, ou documento de autorização de consulta de situação tributária e contributiva à Segurança Social e às Finanças;
 - k. documento comprovativo do seguro de responsabilidade civil, de acordo com Decreto Lei 47/2018 de 20 de junho de 2018;
 - l. documento comprovativo do seguro de acidentes pessoais, de acordo com Decreto Lei 47/2018 de 20 de junho de 2018;
 - m. declaração de disponibilização de *api* para acesso a plataforma de gestão.
 - n. documentos comprovativos do nível de emissões de todas as viaturas utilizadas na operação do serviço.

2. Por despacho do Presidente da Câmara Municipal do Porto pode ser exigida a apresentação de outros elementos que se mostrem necessários à análise técnica do pedido de licenciamento.